

TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ESCRITA LITERÁRIA NO BRASIL

Leila Pinheiro Xavier¹¹

Orientador: Prof. Dr. Carlos Magno Santos Gomes

Resumo: Sob a ótica da formação existe um espaço intervalar nas políticas públicas para a escrita literária no Brasil. Investigando a formação de escritores brasileiros esta pesquisa se debruça sobre as políticas públicas elaboradas entre os anos 2000 e 2013: o Plano Estadual (Bahia); o Plano Nacional do Livro e da Leitura e a Lei do Livro 10.753. Faz-se necessário também buscar saber dos escritores contemporâneos o percurso de sua formação e o modo como as políticas públicas para a literatura afetam o seu fazer literário. Para estas duas ações optou-se por realizar a pesquisa bibliográfica e a técnica de recolha de dados empíricos de natureza qualitativa utilizando a entrevista semiestruturada. Com base na noção de escritor de Silviano Santiago em *O narrador pós-moderno* e de políticas públicas de Celina Souza em: *Política Públicas: uma revisão da literatura* busca-se contribuir no processo de discussão das políticas públicas para a literatura no Brasil revelando a necessidade de inclusão da formação para a escrita entre as suas demandas como uma rota desviante do monopólio editorial brasileiro.

Palavras-chave: Escritor. Formação. Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

Quando iniciamos a pesquisa *Por uma política de formação de escritores no Brasil* nossa preocupação primeira era entender o modo como a questão da formação para a escrita literária era tratada em nosso país. Já havia uma hipótese de ausência de políticas públicas com esta finalidade, o que acreditávamos ser intencional a partir da noção de interdição de Foucault (1977). Citamos no último seminário a necessidade de (re)construção de ações voltadas para o ensino sistemático da escrita literária como resultado esperado desta pesquisa. Entretanto, percebo que quando se propõe formar escritores de literatura de modo sistemático, esbarramos em alguns preconceitos. Márcia Fortunato, ex-coordenadora do Curso de Pós-graduação em Formação de Escritores e Especialistas em produção de textos literários do ISE – Vera Cruz, em artigo publicado no jornal Estadão em 28 de Abril de 2011, declara contra este preconceito: “...assim como admitimos a possibilidade de ensinar música para formar músicos, ou artes plásticas para formar artistas plásticos, é possível ensinar a escrever para formar escritores”. A este respeito também opina Raimundo Carrero, escritor pernambucano. Para ele, um dos motivos da resistência das academias ao ensino e trabalho das técnicas de escrita é o pouco apreço pelos estudos sobre o “artesanato literário”. “As faculdades de Letras olham as obras mais pelo seu conteúdo do que pela sua forma. A essência da literatura é como ela se faz, como uma frase é construída. Não dá para separar isso da sua

¹¹ Mestranda em Crítica Cultural turma 2013.1, email: leilapinheiro8@gmail.com.

natureza”, defende o autor em entrevista recente (16/03/2014) ao Jornal do Comercio. Carrero ainda opina que as universidades brasileiras não estão interessadas em formar escritores. “*A academia poderia se beneficiar de ensinar as técnicas literárias, mas elas não querem*”, afirma.

Uma política pública desenvolvida com o intuito de corroborar a formação de escritores de textos literários tem a importante tarefa de fomentar a escrita, mas também deve ser pensada de forma que possibilite a inclusão de excluídos, formar leitores críticos que disponham de instrumental teórico para analisar textos em sua dimensão estética, histórica e social, no contexto de uma prática em que a autoria se exerce como ofício, como atividade intencional e não mais como algo acidental ou intuitivo.

À medida que os estudos estão sendo realizados muitas outras questões começam a eclodir e o recorte anteriormente feito passa a exigir nova formatação. Assim, ao trabalharmos a questão principal desta pesquisa nos questionamos sobre o processo histórico do ensino/aprendizagem da escrita literária no Brasil, investigando aí o lugar da literatura na história, as interdições e silenciamentos, mas também percebendo os momentos em que a escrita literária se coloca para os sujeitos como um ato político; Depois julgamos necessário pensar o lugar deste escritor: seu processo de construção e singularização, os desafios do ofício, a ausência de formação para a escrita literária, a falta de profissionalização, as dificuldades enfrentadas para publicação e o modo como buscam superar essas dificuldades. Além disso, ao tratar das políticas públicas para a escrita literária no Brasil também nos interessa saber a sua trajetória. Tomando por base o trabalho de Rubim (2007) buscamos analisar a Lei do livro 10.735/2003 e o Plano estadual e Nacional do Livro e Leitura; Como afirma Bobbio (2007, p. 60) “... a função das instituições públicas é dar respostas às demandas provenientes do ambiente social [...]”, assim, verificar as demandas levantadas pelos escritores brasileiros através do movimento Literatura Urgente, é uma trilha necessária para se pensar a necessidade de construção de uma política pública para a escrita literária. Cabe-nos observar ainda como são pensados e estruturados os cursos de escrita literária no Brasil e suas formas mais comuns como as oficinas de formação de escritores; É preciso também saber o que pensam os escritores a respeito do processo de formação para a escrita literária e como as políticas públicas afeta o seu fazer literário.

1 O CAMINHO DA FORMAÇÃO LITERÁRIA NO BRASIL

O primeiro ponto de investigação nessa pesquisa foi o percurso da formação literária no Brasil. Buscando entender como se deu o ensino/aprendizagem da escrita literária em nosso país e refletindo sobre o lugar da literatura na história, as interdições e silenciamentos e o seu uso como um ato político contamos com alguns teóricos como Rubim (2007), Lindoso (2004), Deleuze & Guatarri (1977) Foucault (1970) Santiago (2000), dentre outros. Rubim (2007) nos ofereceu uma cartografia das políticas culturais em nosso país. Sua contribuição, fortemente marcada pela perspectiva de compreensão da historiografia das políticas culturais associadas a uma reflexão da condição atual deste campo nos fez perceber a precária condição das políticas públicas para a literatura no Brasil. Este primeiro movimento foi melhor detalhado por mim no trabalho apresentado na I Semana de História da UNEB – Conceição do Coité em 2013. E foi ao tratar dessa questão me defrontei com os primeiros questionamentos acerca desta pesquisa. Isto porque repensar a cultura, as políticas culturais, a literatura e seus modos de produção, exigiu um exercício de entendimento da própria história, sociedade, cultura e identidade brasileira, forçando a superação do simples interesse de defender o “ensinar a escrever” literatura.

Tentando entrever no percurso traçado por Rubim as subjetividades que nos fizeram entender que este lugar discursivo não era nosso, cujas tradições de ausência, autoritarismo e instabilidade (RUBIM: 2007) nos puseram em lugar de desvantagem cultural, pretendemos superar estes desafios abrindo espaço para que novas políticas de incentivo à escrita e à produção literária sejam lançadas nas bases nacionais.

Refletindo sobre o estudo de Rubim e o atrelando à temática desta pesquisa, realizamos um esforço de compreensão do(s) sentido(s) que a língua/literatura/cultura e a produção discursiva assumem/assumiram em nossa sociedade. Para tal ação usamos como base teórica o trabalho de Foucault (1970) que reflete sobre as interdições quanto ao uso da palavra. Deleuze e Guatarri (1977) nos auxiliaram no processo de entendimento do que representa o empoderamento discursivo para as minorias sinalizando caminhos que podem ser percorridos para que esta apropriação/reterritorialização aconteça. Neste ponto, lembramos o que nos diz Lindoso (2004) a respeito das políticas para a cultura e para o livro:

São muito recentes as políticas culturais que procuram ver o problema não apenas na ótica do criador, mas de todo o mercado, aí incluindo desde a produção industrial, divulgação, distribuição até os consumidores, o que, no caso do livro, envolve a questão do hábito de leitura. Não se pode conceber uma política cultural integrada que não leve em conta todas essas vertentes (LINDOSO, 2004, p. 41).

Assim, o passo seguinte da pesquisa foi entender quem é esse escritor investigando o seu processo de construção e singularização, os desafios do ofício e as linhas de fuga encontradas para em seguida tratar mais especificamente das políticas públicas para a formação do escritor.

2. O ESCRITOR EM PAUTA

Para compreender o processo de singularização do escritor elegemos duas obras literárias onde percebemos modos de subjetividades bastante semelhantes: *Cartas a um jovem poeta* de Rainer Maria Rilke e *Um escritor nasce e morre* de Carlos Drummond de Andrade. Um dos teóricos eleitos nessa secção foi o Sergio de Sá com seu livro *A reinvenção do escritor*. Um trabalho detalhando esse estudo foi apresentado durante a creditação de disciplinas neste mestrado no componente *Políticas da subjetividade*. Embora seja um estudo ainda em desenvolvimento, cabe refletir que o processo de singularização que intencionamos mapear se coloca como uma possibilidade de definição deste autor que buscamos: empoderado, e numa estreita relação com outros sujeitos do fazer literário. Longe da intenção de engessar o trabalho com uma concepção totalizante de sujeito/escritor dada à complexidade da matéria de que são formados, esta seção do trabalho se apresenta apenas como mais uma contribuição de reflexão sobre os processos de subjetivação do escritor de literatura, entretanto, se apropria da noção de narrador pós-moderno apresentada por Santiago (2002), dentre outras que a ela se interligam.

O percurso traçado para se entender o sujeito aqui mostra que está na mudança a chave para a compreensão. As diferentes concepções de subjetividade apontam para diferentes sujeitos ao longo dos tempos e servem de base para a reflexão proposta neste trabalho. Ao tratar do escritor enquanto sujeito nas obras de Rilke e Drummond consideramos as múltiplas determinações que derivam das mais variadas instâncias. Esse sujeito é, acima de tudo, ação, e define-se pela sua atuação e interação no mundo. Nessa dinâmica, ao ser atingido por algo que orienta a sua subjetivação reinventa-se a partir de marcas estruturantes e inventa-se produzindo a sua singularidade.

Esta etapa do trabalho também trouxe consigo uma necessidade de reflexão sobre os desafios contemporâneos enfrentados por estes escritores. A etapa seguinte será investigar as dificuldades enfrentadas por estes sujeitos: a ausência de formação, a falta de profissionalização, os entraves para a publicação de seus textos e também as linhas de fuga encontradas para a superação destes desafios. A partir de então estamos na seleção de textos

teóricos e elaboração de entrevista. Enquanto isso, seguimos na análise das políticas públicas para a literatura no Brasil.

3. TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ESCRITA LITERÁRIA NO BRASIL

A história das políticas culturais no Brasil reflete a urgência de se criar uma política mais específica para a formação do escritor. Se analisarmos mais detalhadamente as ações empreendidas pelo Estado, com foco na Literatura, veremos a grande lacuna deixada na historiografia nacional. As políticas criadas para esta área focaram quase que exclusivamente ao longo destes anos nas ações de incentivo à leitura, deixando a criação literária num espaço de invisibilidade. Em seu manifesto *Temos fome de literatura*, o grupo Literatura Urgente, no início desta década, questiona a absurda ausência do conceito *Literatura* no principal documento de cultura do país: *Plano Nacional de Cultura*. Este grupo chama a atenção para a necessidade de se pensar o espaço da escrita literária. São escritores contemporâneos que mobilizam forças e se unem no intuito de propor novos caminhos para o fazer literário. Esses sujeitos questionam as poucas práticas demandadas pelo poder público para fomentar a escrita e propõem uma mudança no quadro.

Dos estudos realizados a este respeito até aqui depuramos que por muito tempo da historiografia das políticas culturais para a literatura, o foco esteve voltado apenas para o produto: livro. Somente no governo de Lula, em 2003, surge o desafio da inclusão social e os programas governamentais mantêm o foco no acesso dos cidadãos aos bens culturais. Como exemplo, temos: o Pró-leitura, Proler, Fome do livro e Vivaleitura além do PNBE (Plano Nacional de Biblioteca Escolar) e o PNLD (Plano Nacional do Livro Didático).

A Lei do livro, sancionada no mesmo ano de 2003, institui a Política Nacional do Livro e da leitura cujas bases norteiam as políticas para a literatura desde então: democratização do acesso; fomento à leitura e à formação para a leitura; valorização da leitura e da comunicação e apoio à economia do livro. Entretanto, ainda que tenhamos avançado nestes aspectos percebemos a invisibilidade do processo de criação, a seleção/interdição na difusão dos textos produzidos pelas classes minoritárias e uma distinção gritante entre as ações em prol da leitura e da escrita.

Partindo de um conceito de cultura que engloba saberes e fazeres, a proposição de criação de uma política para a escrita literária deve considerar que a literatura enquanto cultura é um bem da coletividade. Isso faz com que o termo literatura assuma novas perspectivas ou pontos de vista na contemporaneidade, por isso mesmo ele não pode deixar

de se fazer presente em nossas políticas culturais. Assim, a ideia de uma política para a criação/escrita literária deve considerar uma gama muito maior de possibilidades do fazer literário e outros espaços de produção e difusão dos textos que não se limitam apenas no produto livro. Para tanto, lançamo-nos na análise dos documentos oficiais em exercício para verificar onde avançam e onde estão as lacunas que exigem a criação de uma política para a formação de escritores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa *Por uma política de formação de escritores no Brasil* atravessou algumas etapas até aqui: repensamos o problema, investigamos a historiografia nacional das políticas culturais, pensamos o papel da escrita literária e dos escritores e as demandas contemporâneas da classe. Além disso buscamos analisar alguns documentos oficiais e obras literárias que se ocupam do tema. O percurso seguinte considera a realização de entrevista com representantes de escritores de diferentes regiões do país e o estudo de documentos oficiais sobre a formação de escritores no Brasil, ampliando o debate e promovendo a escrita de uma nova história nas políticas literárias brasileiras.

REFERÊNCIAS:

- AGAMBEN, Giorgio. *O que é contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia*. Coleção Cultura é o quê. Salvador: Secretaria de Cultura da Bahia, 2007.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Kafka: por uma literatura menor*. Trad. Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Imago, 1977.
- DRUMMOND, Carlos. Um escritor nasce e morre. In: *Contos de Aprendiz*. Rio de Janeiro: Ed. do autor, 1963.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- LINDOSO, Felipe. *O Brasil pode ser um país de leitores? Política para a cultura/ Política para o livro*. São Paulo: Summus, 2004.
- RILKE, Reiner Maria. *Cartas a um jovem poeta*. Trad. Pedro Sussekind. Porto Alegre: L&PM, 2009.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). *Políticas culturais no governo Lula*. Salvador: EDUFBA, 2010.
- SANTIAGO, Silvano. *O cosmopolitismo do pobre: crítica literária e crítica cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. In: *Revista Sociologias*. Porto Alegre, ano 8, n. 16. Jul/dez 2006. p. 20-45. Fonte: Editora e Estúdio Cedraz, 2008, p. 10.

